



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral-1841)

DIEx nº 26-ASSE2/SSEF/SEF
EB: 64689.011342/2019-64

Brasília, DF, 1 de fevereiro de 2019.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr. Chefe da 5ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: verificação da condição de ME e EPP - parecer da SEF

Referência: DIEx nº 13-SATT 5ª ICFEx, de 17 JAN 19

1. Trata o presente expediente de consulta quanto à verificação da condição de microempresa (ME) e de empresa de pequeno porte (EPP), no contexto da obtenção de tratamento diferenciado nas licitações realizadas por unidade gestora (UG), de acordo com o Estatuto Nacional da ME e da EPP, aprovado pela Lei Complementar nº 123, de 14 DEZ 06 e regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 6 OUT 15.

2. Informo a V Sa que esta Secretaria, após estudar o assunto, ouvidas as Assessorias 1 e 2, ratifica o parecer dessa Inspeção, destacando os seguintes aspectos:

a. segundo o inciso III, do § 2º, do Art. 1º do Decreto nº 8.538/2015, combinado com os Arts. 12 e 13 da LC 123/2006, nas contratações públicas de bens, serviços e obras por órgão da Administração Pública Federal, só podem usufruir dos benefícios previstos as ME/EPP que fizerem a sua **declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica por meio do Simples Nacional e estiverem com o seu cadastro ativo;**

b. **por impedimento legal, para fins de habilitação, não é possível cobrar a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social** em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais por **ME/EPP**, no entanto, **para realizar a contratação**, a UG poderá exigir todas as comprovações necessárias ao prosseguimento do certame (Arts. 3º e 4º do Decreto 8.538/2015), desde que tal ato esteja previsto no respectivo edital;

c. caso, **no momento da contratação**, a ME/EPP cumpra com todas as exigências legais para a assinatura do contrato, **este permanecerá em vigor mesmo que a empresa perca futuramente a sua condição** (§ 3º, do Art. 3º da LC 123/2006); e

d. é importante, ainda, citar o que recomenda o Acórdão nº 1.850-TCU-Plenário, de 15 AGO 18, que trata de indícios da utilização indevida do direito de preferência, por pessoa jurídica que não faria jus ao tratamento favorecido e diferenciado disciplinado previsto na LC 123/2006, onde cita a fragilidade da apresentação pela empresa interessada no certame de sua DRE e da necessidade do pregoeiro em realizar as diligências necessárias para o prosseguimento do certame (*in verbis*):

As informações presentes na DRE apresentada pela Citel deveriam ser avaliadas com cautela, uma vez que, por motivos óbvios, uma empresa que se intitula EPP não apresentaria demonstrativo contábil com dados que não fossem compatíveis com a condição declarada. Reitera-se análise realizada na instrução inicial no subitem 5.8 da instrução inicial (Peça 3, p. 5):

5.8. Em relação à diligência empreendida no âmbito do recurso administrativo, é imperioso salientar que esta Corte de Contas possui entendimento de que deve o pregoeiro averiguar nos portais de transparência do Governo federal e do Poder Judiciário, a fim de coibir fraudes em licitação (e.g. Acórdãos 13.226/2016 - 2ª Câmara e 1.793/2011 - Plenário). Conquanto os valores questionados pelas representantes no âmbito do recurso administrativo envolvessem órgãos e entidades de outros entes da Federação, seus portais de transparência estavam acessíveis, motivo pelo qual seria razoável sua utilização nas conferências dos valores questionados. [...]

4. Por fim, esta Secretaria esclarece que fará gestões junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), propondo o aperfeiçoamento do Comprasnet e de outros sistemas, no sentido de serem introduzidas novas ferramentas para facilitar a identificação das ME/EPP nos processos licitatórios conduzidos pela Administração Pública Federal.

Gen Div RICARDO MARQUES FIGUEIREDO
Subsecretário de Economia e Finanças

**"CENTENÁRIO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL, 1919/1940: VETOR DE
PROFISSIONALIZAÇÃO EM NOSSO EXÉRCITO"**